

**50%** das casas no Brasil não têm coleta de esgoto

**20 milhões** de brasileiros não têm onde morar

**25 mil** pessoas trabalham como escravas no país

## DIREITOS HUMANOS

Relatório lançado em Brasília amplia o conceito de violação à cidadania. Especialistas entendem que fome, desemprego, falta de moradia, de saúde, de educação e de água são formas de desrespeitar o indivíduo

# Muito além da tortura

DA REDAÇÃO

Nem só de combate à tortura em delegacias e cadeias se ocupam os defensores dos direitos humanos. Um relatório lançado em Brasília alerta para violações a que muitos de nós somos sub-

metidos diariamente. Situações que — segundo os organizadores do documento — podem (e devem) ser encaradas como agressões graves aos direitos humanos.

O *Relatório Brasileiro sobre Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais 2003* é uma

tentativa de abrir o leque. “Geralmente, a defesa aos direitos humanos é restrita a questões civis e políticas”, explica o advogado Jaime Bevenuto, coordenador do projeto.

O documento prioriza temas como meio ambiente, saúde, moradia, educação, trabalho e

alimentação, água e terra rural. Trata-se de uma compilação de dados produzidos pelo governo federal e por instituições de pesquisa independentes. Os relatores ligados à Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais visitaram vários estados do país

para verificar os problemas *in loco* e produzir o material.

Os relatores de cada um dos temas vão apresentar o resultado do trabalho ao governo federal. A idéia é levar sugestões e cobrar o empenho do Estado na solução dos problemas. “O documento vai servir para cobrar compro-

missos que o país assumiu com as organizações internacionais”, explica Jaime Bevenuto.

O material foi apresentado em abril deste ano à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Estas são as principais conclusões do trabalho:

### SEM DIREITO A:

Paulo de Araújo 4.6.03



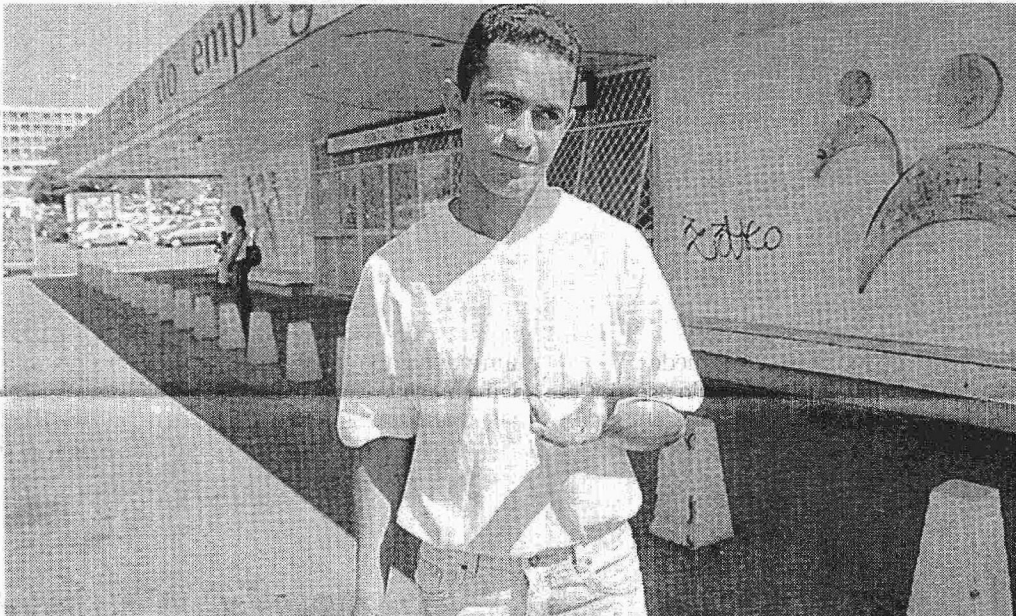
### EDUCAÇÃO

Apesar de reconhecer o empenho do governo brasileiro em tentar resolver a questão, o documento alerta: o crescimento da oferta de vagas não tem sido acompanhado pela melhoria na qualidade do ensino. Fatores como elevado número de alunos em sala, diminuição no tempo de aulas, precária qualificação de professores, baixos salários, instalações inadequadas e carência de material pedagógico contribuem para as falhas no sistema educacional. O resultado é um elevado índice de evasão e repetência — 19,5% no país. É o caso da dona-de-casa Eunides Caetano da Silva, *(foto)* de 21 anos. Ela estudou até a 5ª série, mas abandonou a sala de aula quando mudou-se de Cristalina (GO) para Brasília. “Não consegui acompanhar as aulas e desisti”. A situação mais grave é das regiões Norte e Nordeste — com índices de evasão e repetência de 27,3% e 27,5%, respectivamente.

### MEIO AMBIENTE

A grilagem de terras associada à exploração predatória da madeira é apontada pelo relatório como a mais importante forma de violação ao meio ambiente no Brasil. O estado do Pará é citado como um dos que mais sofre com o problema. Na cidade de Altamira, terras públicas sob responsabilidade dos governos federal e estadual são afetadas pelo garimpo e pela extração da madeira — principalmente do mogno. A ocupação irregular da área provocou a poluição do rio Iriri e a morte de peixes. Povos indígenas e comunidades ribeirinhas são as principais vítimas das grandes fazendas de agropecuária que se instalam na região. Outra violação relatada pelo documento é provocada pela poluição industrial. O relatório cita o caso de uma empresa de solventes instalada em Cubatão (SP), que teria desrespeitado normas e práticas de segurança e higiene do trabalho. O caso é considerado pelo *Greenpeace* como um dos dez mais graves do mundo.

Daniel Ferreira 18.6.03



### TRABALHO

José Roberto Pereira *(foto)* tem 30 anos e foi demitido há 10 meses. Passa o dia na rua — currículo debaixo do braço — à procura de um trabalho como motorista em Brasília e Sobradinho. “Mas está difícil. Nunca recebi retorno das empresas que procurei”. O desemprego no Brasil atinge 12,8% da população. Segundo o relatório, a falta de postos de trabalho é uma das formas de violação aos direitos humanos. Outro problema mencionado no documento é o trabalho forçado. A Comissão Pastoral da Terra estima em 25 mil o número de pessoas em situação de trabalho escravo no Brasil. No ano passado, 5,6 mil deles foram libertadas por fiscais do governo federal. O relatório demonstra ainda que existem 502 mil crianças e adolescentes no trabalho doméstico no Brasil. Mais da metade labuta mais de 40 horas semanais sem direito a férias, enquanto 64% recebem remuneração inferior a um salário mínimo.

Carlos Vieira 22.2.02



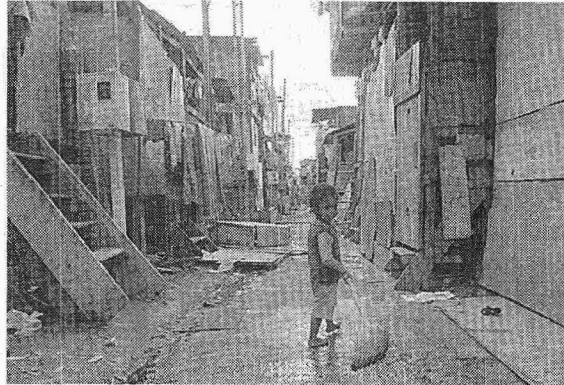
### SAÚDE

Segundo dados do governo federal, complicações durante a gravidez respondem por 6% dos óbitos de mulheres entre 10 e 49 anos no país e estão entre as dez primeiras causas de morte da população brasileira. A falta de acesso ao pré-natal e a baixa qualidade na assistência às gestantes são os principais fatores de risco apontados pelo relatório. A dificuldade de acesso da população carente a medicamentos e serviços também é sinônimo de infração aos direitos humanos. De 55 mil estabelecimentos de saúde existentes no país, a região Sudeste concentra 38%. O setor privado mantém 70% dos leitos. No que se refere a UTIs mantidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), metade está em hospitais particulares e 27% em universitários. Apenas 23% são mantidos em hospitais públicos. O relatório cita ainda violações aos direitos humanos no interior de instituições psiquiátricas.

### MORADIA ADEQUADA

Há 166 milhões de hectares de latifúndios improdutivos no Brasil, o equivalente a 60% da área total do país. Ainda assim, mais de 20 milhões brasileiros (11,7% da população) não têm onde morar. A falta de moradia é outro tipo de infração aos direitos humanos apontado pelo relatório. O documento sugere que falhas em políticas públicas reforçam o problema. A população com renda mensal entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil tem cada vez menos acesso à moradia a preços de mercado. O relatório ressalta ainda o direito à moradia muitas vezes negligenciado a povos indígenas e negros. Tribos que vivem em regiões de ocupação colonial mais antiga (no Nordeste, Leste e Sul do país) estão confinadas em pequenos territórios e até nas periferias das cidades. O assentamento de todos os trabalhadores rurais sem terra, a reforma agrária, o incentivo a cooperativas habitacionais e o acesso a crédito por famílias de baixa renda são sugestões do relatório.

Marcos Fernandes 2.6.01



### ALIMENTAÇÃO, ÁGUA E TERRA RURAL

De acordo com informações da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), 20% dos brasileiros não têm acesso a água potável. Cerca de 40% da água das torneiras não é confiável, 50% das casas não têm coleta de esgoto e 80% dos esgotos coletados são lançados diretamente em rios — sem qualquer tipo de tratamento. O relatório também alerta para a dificuldade de acesso à terra rural no Brasil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima em mais de 5 milhões o número de famílias que precisam de áreas para plantar no país, mas — segundo a legislação vigente — só há terras disponíveis para assentar 2,5 milhões de famílias. No que se refere à situação nutricional da população brasileira, os relatores recorrem a dados do próprio governo federal para demonstrar que 54 milhões de pessoas estão em condição de insegurança alimentar. O documento sugere uma maior articulação entre o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e o Ministério da Saúde para fortalecer o componente nutricional e de saúde do programa Fome Zero.

Antonio Siqueira 17.11.01

